

ACÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO/SP - BRASIL

Fernanda CORREIA SILVA*

1- Introdução

Os valores do Patrimônio Cultural são reconhecidos enquanto expressão dos modos de vida e das raízes identitárias dos indivíduos, pois perpetuam a memória de uma determinada sociedade. O conceito de patrimônio cultural e sua abrangência esbarram na constituição brasileira de 1988 e, apesar de constar em Lei – referenciados com os tratados e convenções internacionais - a forma como estes bens culturais são preservados, não evitam a descaracterização e até mesmo sua destruição face o descaso dos órgãos públicos e privados, além da compreensão da propriedade privada em cumprir a função social e cultural para o coletivo.

Neste trabalho apresentamos as ações mais recentes relacionadas ao Patrimônio Cultural da cidade de Álvares Machado e como estas são contempladas pela população local e pelo poder público, no processo de identidade cultural.

Situada no interior do Estado de São Paulo e distando 576 km da capital, este município brasileiro tem uma população atual de 22.859 habitantes, possuindo uma área de 346,28 km² (IBGE, 2007) e a uma altitude de 480m do nível do mar (CEPAGRI, 2009).

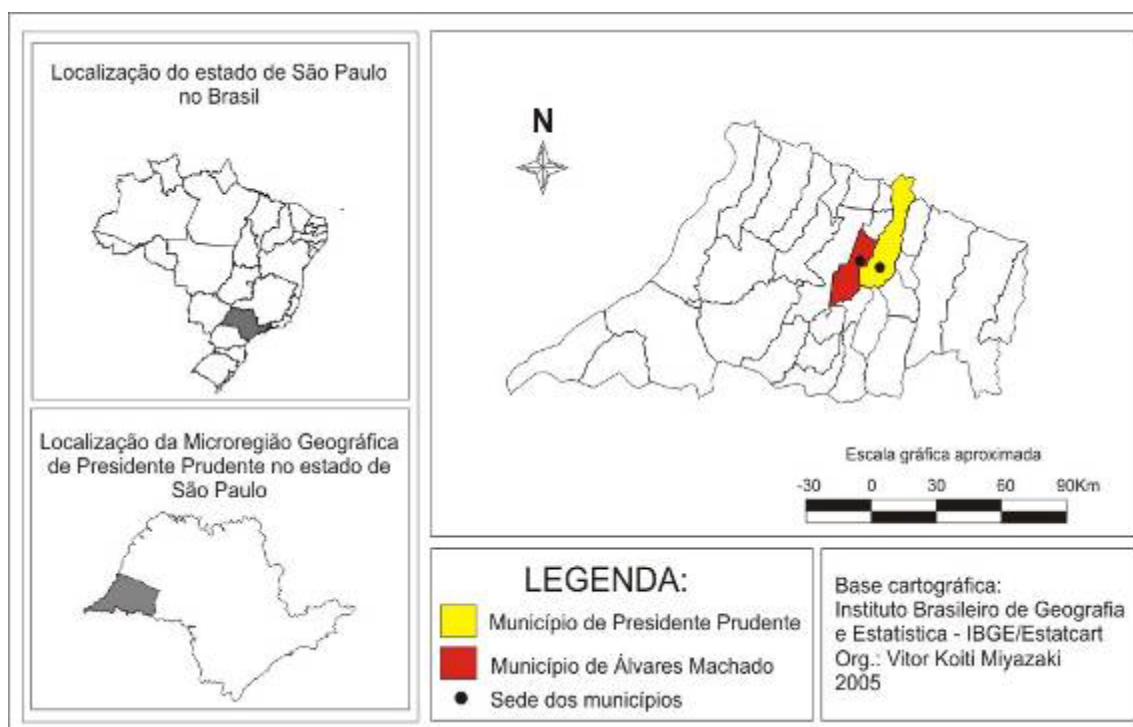


Figura 1: Localização da área de estudo. Fonte: www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-110.htm

2- A origem da cidade

A estação ferroviária de Álvares Machado foi inaugurada em 1919 com o nome de Brejão, sendo a empresa EFS - Estrada de Ferro Sorocabana. 'Brejão' foi o primeiro nome na qual a cidade ficou conhecida, tendo como já existentes famílias de imigrantes japoneses na Colônia Japonesa (de mesmo nome) instalada próximo ao córrego Brejão em 1917. Em 1916 um senhor chamado Manoel Francisco de Oliveira vindo de Minas Gerais comprou parte das terras da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. A outra parte desta mesma fazenda seria a cidade de Presidente Prudente.

No ano de 1916 torna-se o ano da fundação da cidade. Já em 1918 os trilhos da ferrovia começavam

* Licenciada em Geografia e cursando o último ano de Bacharel em Geografia pela FCT/UNESP. e-mail: nandaco@yahoo.com

a surgir próximo das propriedades de Manoel Francisco de Oliveira e em 1919 é inaugurada a estação contendo apenas o armazém.



Figura 2: Detalhe da trajetória da Estrada de Ferro Sorocabana, saindo da capital paulista e passando pelas cidades rumo ao Mato Grosso do Sul. Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/a/alvmachado.htm

Ciente da intenção da EFS de ampliar seu tronco até a cidade de Presidente Epitácio, Manoel Francisco de Oliveira começa a lotear suas terras em 1921. Neste mesmo ano, o Governo do Estado de São Paulo muda a designação da estação para o nome que a conhecemos hoje, em homenagem a Francisco Álvares Machado e Vasconcelos, médico e deputado provincial. Assim, a cidade passa a ter o mesmo nome da estação quando então são inaugurados o prédio principal e as demais edificações de funcionários.

Podemos considerar a construção deste tronco da Estrada de Ferro como elemento preponderante para o desenvolvimento do povoamento local devido à procura de terras agricultáveis e da facilidade de transporte pela ferrovia para o comércio dos grandes centros consumidores como São Paulo ligando os estados do Sul e do Centro-Oeste brasileiro.

Com o crescimento intenso da população a cidade torna-se importante comercialmente e em 1927 é elevada a Distrito de Paz, passando então a possuir Cartório próprio, com seus registros de casamento, nascimento e óbito ainda vinculados como Distrito a sua vizinha Presidente Prudente. Somente em 1944 é municipalizada e, já nesta época, havia se tornado um importante pólo comercial de madeira, café, algodão e amendoim.



Figura 3: Trabalhadores da empresa SANBRA, descaroçadora de algodão, c. Déc. 1940. Na segunda foto, colheita de algodão em 1948. Acervo: Museu Municipal.

3- A importância da ferrovia para o desenvolvimento sócio-econômico-cultural

As ferrovias foram fundamentais para a história do Estado de São Paulo. Estas foram construídas baseadas na produção, principalmente do café paulistano. O transporte de outros materiais e também o de passageiros foram importantíssimos como fator de colonização e também de oportunidade para que as pessoas pudessem viajar de um ponto a outro, de forma a aumentar suas oportunidades para melhoria de vida.

Após o declínio da cultura do café, a modernização das ferrovias acabou por se fazer de forma muito lenta e, aliada ao aumento do custo da mão-de-obra de manutenção e principalmente do crescimento muito rápido da indústria automobilística, levou à degradação também rápida, principalmente a partir dos anos de 1960, do transporte por trilhos em São Paulo e no Brasil.

Assim, como tantas outras cidades, Álvares Machado tem sua existência devido à ferrovia e o que esta trouxe para o povoamento da cidade. O processo de preservação do complexo ferroviário e de outros pontos que registraremos adiante se torna relevantes para que se possa contar sua história, seu processo de crescimento e declínio, visto o auge comercial ocorrido entre as Décadas de 1930 e 1960.

4- A Imigração Japonesa

Quanto à descendência de imigrantes, a população machadense conta atualmente com 18% de descendentes japoneses. A instalação do núcleo colonial em 1917 trouxe famílias de imigrantes japoneses para a lavoura de café, algodão e amendoim.

Devido ao surto de febre amarela e a morte de muitos japoneses - em sua maioria crianças - surge em 1920 a pedido destes imigrantes um cemitério para o núcleo, pois a distância era de 15 km caminhando a pé para o cemitério mais próximo. Os imigrantes caminhavam com o falecido nas costas, pois não tinham meio de transporte.

O cemitério japonês (*ohaka*) funcionou até o ano de 1945, quando desativado pela Ditadura do governo populista de Getúlio Vargas. O governo brasileiro se opôs aos países formados pelo Eixo (Alemanha, Japão e Itália) durante a II Guerra Mundial, proibiu em Lei todos os imigrantes de se comunicarem em japonês, fazendo com que as escolas dos núcleos obrigatoriamente ensinassem os nipônicos a Língua Portuguesa.



Figura 4: Entrada principal do cemitério e visto dos túmulos da colina onde se localiza a antiga escola do núcleo. Créditos: Fernanda Correia.

Este ato fez com que os imigrantes se unissem para que não fossem perdidos a memória da terra natal, tampouco seus costumes. Assim organizaram uma Associação para troca de experiências e colaborarem na lida com a terra além de praticarem esportes e conversarem sobre os familiares que tinham ficado no Japão. Esta associação cresceu e continua existindo com o nome de Associação Cultural, Esportiva e Agrícola Nipo-Brasileira de Álvares Machado (ACEAM). Entre os descendentes é mais conhecida como *Kaikan*, que significa em japonês 'organização ou de forma organizada. Apesar da desativação do cemitério, há 88 anos os membros da Associação organizam o *Shokonsai*, um culto religioso em memória aos falecidos sepultados no cemitério. Realizado anualmente no dia 15 de Julho, por ser esta data de finados no Japão com

o tempo foi alterada para o segundo domingo do mês de Julho.



Figura 5: Edificação onde funcionava a escola japonesa e no dia do Shokonsai ficam expostas as comidas típicas. Na foto ao lado, palco onde são apresentadas as danças típicas e o campeonato de karaokê individual e coletivo. Créditos: Fernanda Correia

Conhecida pelo seu caráter único, no *Shokonsai* são realizadas no período da manhã a missa budista na capela do cemitério, a abertura oficial com autoridades acompanhada de almoço com comidas típicas. No período da tarde iniciam as atividades festivas com danças típicas, karaokê e o *Bon-Odori*¹, finalizando o dia com o acender das velas em todos os túmulos. As pessoas que participam do *Shokonsai* (cerca de mil) relatam que sempre venta o dia inteiro, mas que este só cessa no final da tarde quando o ritual da velas ocorre.



Figura 6: Bon-Odori realizado após o pôr-do-sol e ritual das velas nos túmulos do cemitério. Tradição realizada há 87 anos. Créditos: Fernanda Correia.

Desde 1980, encontra-se tombado pelo CONDEPHAAT² (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico). É o único cemitério japonês da América Latina na qual estão sepultados 784 japoneses e 1 brasileiro por morrer defendendo uma família japonesa. O tombamento inclui além da área do cemitério (incluindo a capela), a edificação onde funcionava a escola e um palco, todos construídos em madeira e intactos nos dias de hoje.

¹ Realizada após o pôr-do-sol é uma dança em grupo em memória aos antepassados que vieram no campo ao som do *Taiko* (tambor japonês)

² É o órgão subordinado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo criado pela Lei Estadual 10.247 de 22 de Outubro de 1968.



Figura 7: Descendente nas comemorações do 88 Shokonsai em Álvares Machado e o fim da tarde no cemitério. Os japoneses dão outro sentido ao dia de finados. Créditos: Fernanda Correia.

5- A relação Poder Público e Universidade

No ano de 2003 formou-se uma comissão para constituição do acervo e do Museu Histórico, cuja finalidade seria resgatar a história da cidade e que esta fosse preservada para gerações futuras. Formada em Decreto por representantes da sociedade civil e do poder público, este grupo iniciou a busca por bens materiais que pudessem integrar o acervo. No ano de 2007 o grupo foi reformulado, dando continuidade aos trabalhos já então desenvolvidos.

Surge neste período à necessidade de adquirir provisoriamente um local para que estes bens fossem conservados iniciando um processo de recebimento, registro e cadastramento, a fim de averiguar seu estado de conservação e importância para a memória da cidade.

Desde 2006, contando com a colaboração de pesquisadores da Universidade Estadual Paulista – UNESP, o processo de cadastramento foi efetuado e os bens guardados no antigo clube municipal, atualmente desativado. A Prefeitura Municipal cedeu para que este fosse, provisoriamente, o acervo do futuro museu (sala de reserva técnica) e a secretaria.



Figura 8: Local provisório do museu. Acervo: Museu Municipal.

A partir desta parceria foram firmadas campanhas perante a população na finalidade de aumentar as doações de materiais para serem somadas aos objetos, fotos e documentos anteriormente adquiridos. Esta parceria só foi possível quando da aprovação de um projeto enviado a FAPESP (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo) intitulado de “A criação de um Centro Cultural (Museu) no município de Álvares Machado/SP”.

O projeto foi elaborado para que a Fundação contribuísse com a criação do Museu, desde a atuação

de pesquisadores (técnicos e estagiários da universidade) até à possibilidade do uso de sua reserva técnica, no intuito da confecção de vitrines e painéis para exposições permanentes e temporárias.



Figura 9: Cadastramento e acomodação do acervo de imagens. Na segunda foto, doações feitas pelos moradores. Acervo: Museu Municipal.

A aprovação deste projeto contou com a experiência adquirida pelos pesquisadores da Universidade quando da realização do Projeto de Políticas Públicas, executado no período de 2000 a 2005 e financiado pela mesma Fundação, objetivando a reorganização do Museu e Arquivo Histórico Municipal da cidade de Presidente Prudente, vizinha a Álvares Machado, numa atuação conjunta entre pesquisadores e uma equipe parceira, compreendida por representantes do Museu Municipal e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

De acordo com a Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), fica a obrigatoriedade de municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes elaborarem Planos Diretores Participativos cabendo ao Poder Público, necessariamente, criar medidas quanto à Política Cultural. Dessa forma, a contribuição novamente da Universidade Estadual Paulista deu início aos trabalhos, juntamente com uma equipe multidisciplinar formada por estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental, Engenharia Cartográfica, Geografia e professores da universidade responsáveis pela coordenação.



Figura 10: Reuniões entre a Prefeitura, a Câmara e a equipe de elaboração do Plano Diretor. Na foto ao lado, visita ao local provisório do Museu. Acervo: Prefeitura Municipal.

Sendo assim, o Plano Diretor foi aprovado pelos poderes Executivo e Legislativo no ano de 2006, ditando diretrizes e adotando ações a fim de estimular atividades culturais promovendo a preservação, a conservação, a revitalização e a divulgação dos bens materiais e imateriais, naturais ou construídos no âmbito do município.

Para que essas medidas fossem atendidas e diante da pré-elaboração do Plano, ficou estabelecida a criação de um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural e a inclusão de cinco bens culturais: Complexo Ferroviário da antiga Estrada de Ferro Sorocabana, Centro de Estudos Monsenhor Nakamura, Bebedouro de Animais, Templo Budista Koboji e o Templo Budista Anakuji.



Figura 11: Prédio principal aberto em 1919, pertencente ao complexo ferroviário. Na foto ao lado, Centro de Estudos Monsenhor Nakamura criado em 1991. Acervo: Museu Municipal.



Figura 12: Templos Budistas Koboji e Anakuji. Créditos: Fernanda Correia.

Estes foram selecionados através do levantamento feito no perímetro urbano e nas áreas rurais a partir das relações que possuíam no município, dentro de um contexto geográfico, histórico, ambiental e arquitetônico; todavia, sem desconsiderar também a importância da pesquisa a campo como ferramenta de análise, tão importante para o profissional em geografia.

Destes, o único bem cultural que está sem uso e necessita de uma atenção maior para sua preservação seria o Complexo da Estação Ferroviária, justificando a intenção da Prefeitura Municipal em se apropriar deste, criando finalidade de uso e obedecendo, dessa forma, ao que se pede no Plano Diretor.

Tendo em vista a importância de uma equipe multidisciplinar em ações que envolvem a questão do que é relevante ou não a ser preservado, o Geógrafo atuando nesta área e equipe traz contribuições significativas acerca do espaço cultural, no que se refere às identidades e as paisagens de um determinado lugar.

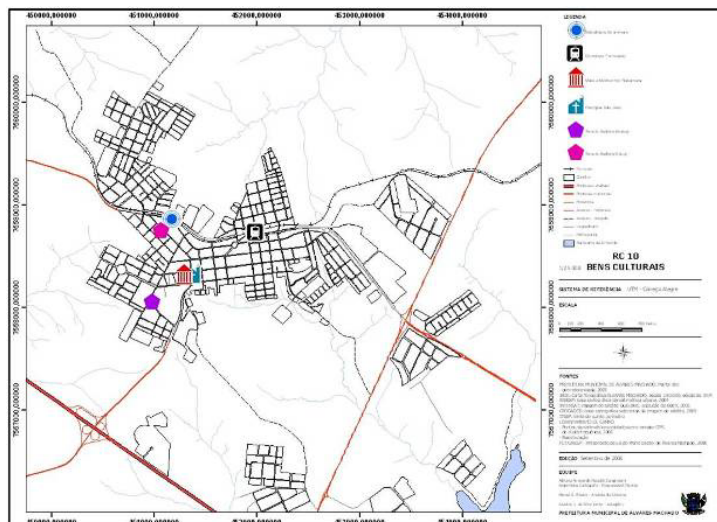


Figura 13: Carta elaborada pela equipe em 2006 apontando os bens culturais a serem preservados no município. Acervo: Prefeitura Municipal.

Assim, um novo convite foi feito em 2008 dando continuidade aos trabalhos relacionados à questão do Patrimônio e, dessa forma, participando na construção e atuação das Comissões de criação do Museu, do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil (sessão regional) e da Octagenária Imigração Japonesa na cidade.

6- O Patrimônio Cultural no Brasil

A preservação no Brasil foi de competência exclusivamente federal através do IPHAN³ até 1968, quando foi assumido pelos Estados e depois pelos Municípios em 1988. Estruturou-se de forma centralizada, refletindo posturas de um Estado nacionalista e da elite dominante, refletidas na definição dos elementos e manifestações da cultura a serem preservadas. No fim do século XX, verifica-se um processo de descentralização da gestão do Patrimônio e de retomada dos ideais do Projeto Cultural Nacional (FONSECA, 1997), que orientou a formação da política de preservação no Brasil no início do século. Acompanhando as transformações políticas do país, com o fim da ditadura militar, com as eleições diretas, com a abertura democrática, com a reestruturação da representação política de governo, com a conseqüente redução do papel do Estado na economia (SEVCENKO, 2002), o crescimento das organizações sociais e a progressiva participação do capital privado nos diversos setores de produção, trouxeram a um processo de reorientação das políticas públicas nas diversas áreas do desenvolvimento. No planejamento urbano promoveram a abertura da participação da comunidade na definição e gestão das leis, através de ações mais transparentes, legítimas e viáveis.

Regulamentando princípios expressos pela Constituição de 1988 a autonomia ao município na condução da política urbana é reforçada por novas leis⁴. Também é permitida ao município a exploração onerosa do uso do solo urbano, para obtenção de recursos privados capazes de acompanhar o desenvolvimento. Aplicadas à cultura essas leis permitem criar novas formas de preservação: parcerias, consórcios, concessões, patrocínio e doações incentivadas. Viabilizam-se também programas de preservação urbana através de financiamentos externos, até então utilizados para infra-estrutura. A degradação do meio ambiente e a conscientização progressiva da sociedade da limitação dos recursos naturais programam políticas de preservação ambiental com ampla participação através dos movimentos de organizações não governamentais (ONG).

A inclusão social das camadas excluídas do desenvolvimento econômico é assumida como diretriz de políticas urbanas na educação, transporte, cultura, habitação e de acesso a equipamentos, para maior equidade e melhor qualidade de vida para todos. Tal cenário cria uma nova fase do planejamento no Brasil (VILLAÇA, 1999), onde se insere a reorientação da política de preservação cultural. A democratização dos processos de preservação com a municipalização do patrimônio inicia-se a democratização dos processos de preservação. Com maior autonomia para seleção e mais fácil fiscalização de bens de interesse, conquistou-se a ampliação da representatividade dos bens a preservar e a maior participação da comunidade na gestão dos processos correspondentes. Observam-se novas estratégias de apropriação do direito à memória urbana empreendidas pelos diversos atores envolvidos nesse processo, que se torna mais abrangente e dinâmico, por envolver inclusive interesses econômicos que passam a ser incorporados e equacionados pela administração pública. As idéias de inserção do bem no seu entorno, de integração da preservação ao desenvolvimento urbano, econômico e social são valorizadas.

A identidade local ganha relevância face aos processos de massificação de gostos e costumes que se espalha em vários países, promovidos pela comunicação eletrônica e pela globalização da economia, da produção e do consumo (ARANTES, 1997). Estão em curso novas formas de preservação, verificando-se a ampliação do interesse da comunidade pelo tombamento, transformado em um instrumento de características mais flexíveis e integrativas. Ainda que tenha permitido a formação de um importante acervo urbano e rural no país, esse instrumento denota uma atitude de isolamento e defesa da preservação, onde o desenvolvimento do espaço urbano, vivo e complexo (SANTOS, 1995), tornou-se vilão no processo indesejável de ameaça ao bem tombado. O fato novo é que a preservação pode gerar contrapartidas, ou direitos para a obtenção de recursos financeiros para manutenção e preservação do bem considerado. Identificar a forma como isso vem ocorrendo e as perspectivas de atuação através desses instrumentos de intervenção também são o intuito desta reflexão.

³ Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional é uma autarquia do Governo do Brasil e vinculado ao Ministério da Cultura.

⁴ Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 intitulada de Estatuto da Cidade.

Considerações Finais

O Estado é responsável por planejar o melhor uso dos bens pertencentes ao seu território, desenvolvendo as atividades concernentes as suas características, na tentativa de minimizar os problemas. No Brasil, o poder público sempre participou de forma restrita nas atividades ligadas a questão cultural no país. Apenas nos últimos anos o governo começou a mudar a postura, mas ainda atrelado a formas limitadas aos discursos eleitorais diretamente ligados a geração de empregos e renda.

Em nível municipal, o poder público atua em alguns momentos nas questões de ordenamento do espaço, na maioria das vezes através de ações remediadoras. Através do Plano Diretor e a participação da comunidade na sua elaboração, foram definidos alguns aspectos fundamentais de preservar as características históricas da cidade, havendo a necessidade de se preservar os bens apontados neste trabalho.

A análise dos documentos legais, associada às informações obtidas durante entrevistas, audiências públicas na elaboração do Plano Diretor e na colaboração da equipe do museu, permitem identificar três fases de envolvimento do poder público:

- 1a. fase (de 1916 até início da década de 1940): é caracterizada pelo incentivo por parte do governo federal e estadual à vinda de imigrantes, que povoaram a região e fixaram suas características culturais, muitas delas presentes até a atualidade, como é o caso do *Shokonsai* e utilizadas como ferramenta de atração de turistas;

- 2a. fase (do início da década de 1940 até a década de 1970): constituída pela falta de legislação e envolvimento público para diferentes situações, a população (e muitos imigrantes japoneses) deixaram a cidade pela falta de emprego, a estagnação da indústria e na área rural da cidade.

- 3a. fase (da década de 1970 até hoje): com as novas necessidades da sociedade em geral e da região, o poder público preocupa-se no processo de preservação dos bens culturais da cidade. Além disso, emergem políticas públicas que atuam de forma a legislar (como é o caso do Plano Diretor) e de convênios com as universidades públicas e privadas.

O município tem um potencial turístico e uma relação histórico-cultural importante não somente para os cidadãos machadenses, mas também para toda população brasileira, inclusive de descendência japonesa. A cultura é uma esfera tão complexa de normas, mitos, imagens que penetrando nos indivíduos, estrutura suas emoções e mexe com suas individualidades. O que se revela como a maior dificuldade com relação ao desenvolvimento da região é a ausência de discussões sobre o patrimônio e seu significado entre as próprias secretarias que compõe cada prefeitura. Ainda que as experiências analisadas sejam incipientes, apontam um caminho que poderá ser trilhado para a sustentabilidade e integração do Patrimônio ao desenvolvimento da cidade, do estado e até mesmo do país.

Referências Bibliográficas

ARANTES, O. B. F. Cultura e transformação urbana. In: PALLAMIN, V. Cidade e Cultura, São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

CEPAGRI – Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura.

Acessado em: 12/10/2008. Disponível em:

http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_016.html

FONSECA, M. C. L. O patrimônio em processo. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acessado em: 25/06/2008. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

SANTOS, M. Paisagem e método: espaço tempo e conhecimento. São Paulo: FAUUSP, Vídeo 192, 1995.

SEVCENKO, N.O desafio das tecnologias à cultura democrática. In: PALLAMIN, V. Cidade e Cultura. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

VILLAÇA, F. Dilemas do Plano Diretor. In: O Município no Séc. XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999. (Edição Especial)